

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

THAÍS SOUZA DOS SANTOS

**Escola Normal em Sergipe: Formação e Profissionalização feminina
(1870-1935)**

**São Cristóvão
2019**

THAÍS SOUZA DOS SANTOS

**Escola Normal em Sergipe: Formação e Profissionalização feminina
(1870-1935)**

Artigo científico apresentado como requisito parcial
à conclusão do curso de Licenciatura em História, do
Centro de Educação e Ciências Humanas, pela
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof.^a. Me. Maria Izabel Ladeira Silva

**São Cristóvão
2019**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CONTEXTO HISTÓRICO DA ESCOLA NORMAL EM SERGIPE	6
NORMALISTA E INTELLECTUAL SERGIPANA: ETELVINA AMÁLIA DE SIQUEIRA (1862- 1935)	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERENCIAS	24

Escola Normal em Sergipe: Formação e Profissionalização feminina (1870-1935)

Thaís Souza Dos Santos¹

Resumo

Este artigo investigou a criação da Escola Normal em Sergipe no século XIX e como, gradativamente, tornou-se um espaço de formação feminina. Foi através dessa Instituição que as moças sergipanas puderam ter acesso à educação e à profissionalização. De lá, saíram grandes mulheres que exerceram papéis importantes na sociedade sergipana no século XX, rompendo assim com o servilismo ao patriarcado, a qual foram submetidas por séculos. Nesse contexto foi apresentada a poetisa, contista e oradora Etelvina Amália Siqueira, formada pela Escola Normal no final do século XIX. Considerada a primeira mulher intelectual sergipana.

Palavras-chave: Escola Normal; educação feminina; pesquisa biográfica

Abstract

This article investigated the creation of the Normal School in Sergipe in the century XIX, and as it gradually became a place for feminine formation. It was through this institution that the girls could have access to education and professionalization. From there came great women who played important roles in the state of Sergipe in the century XX, thus breaking with the servility to patriarchy, which have been submitted for centuries. In this context was presented the poetess, storyteller and speak'er Etelvina Amália Siqueira, formed by the Normal School at the end of the century XIX. Considered the first intellectual woman born in the state of Sergipe.

Keywords: Normal School; female education; biographical research

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Extensão Lente Histórica. E-mail: <thaissouzadossantos@hotmail.com>

Introdução

A exclusão feminina do mundo escolarizado perdurou até o século XIX, quando as meninas passaram a ter o direito de adquirir instrução fora do espaço doméstico (LIMA, 1997). O objetivo dessa pesquisa é analisar a educação feminina e a importância da Escola Normal na formação das mulheres em Sergipe no final do Império e início dos anos 1930.

Tendo em vista o surgimento do primeiro curso Normal no Estado em 1870, com a criação do Ateneu Sergipense, específico para homens, a Escola Normal para as moças só foi instalada em 1877, em um espaço totalmente independente do Ateneu Sergipense, no Asilo Nossa Senhora da Pureza. Por decreto de Ildefonso Ribeiro Menezes, as duas Escolas Normais foram extintas em 1879. Só em 1882 através do regulamento de 13 de maio ambas voltaram a existir.

A Escola Normal em Aracaju, a longo prazo, foi um espaço de formação feminina, pois segundo o discurso da época, a mulher tinha por natureza inclinação para cuidar das crianças, pois eram as primeiras “educadoras naturais” da sociedade. Para legitimar a atuação das mulheres no campo escolar, características tidas como femininas, começam a ser associadas ao magistério, paciência, zelo, afeto entre outras qualidades. Desta forma, o magistério passa a ser entendido como uma atividade materna, passando a ser visto como profissão destinada a mulher.

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna visto como um filho ou uma filha “espiritual”. [...] representado como uma atividade de amor de entrega e doação. (LOURO, 2006, p. 450)

A Escola Normal procurava orientar as futuras professoras primárias de modo que elas fossem um modelo para seus alunos. A formação da normalista esteve ligada à preocupação de que elas fossem civilizadoras, ou seja, transmitissem às crianças as regras e valores sociais regidos pelas normas da Igreja católica, como afirma Mary Del Priore:

A Igreja católica procurava assim universalizar suas normas[...]. A mulher, nesse projeto era fundamental. Cabia-lhe ensinar [...] a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar das missas e festas religiosas.

(PRIORE, 2014. p.11)

A Ciência só será introduzida a partir do início do séc. XX com inserção no programa curricular das normalistas dos novos conceitos científicos de psicologia, pedagogia e metodologia, engrandecendo os conhecimentos necessários para habilitar, tanto teoricamente como na prática, as alunas da Escola Normal à carreira do magistério primário.

Buscaremos entender as dificuldades enfrentadas pela mulher no espaço escolar e como, gradativamente, garantiu seu lugar no meio educacional e profissional através do curso Normal, no período que corresponde a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O marco temporal deste trabalho se refere à criação da Escola Normal e o falecimento de uma de suas principais integrantes, Etelvina Amália Siqueira (1862-1935), normalista, poetisa, oradora, abolicionista, que viveu em uma sociedade patriarcal, cuja concepção era de que as mulheres deveriam ser mais “bem-criadas” do que “cultas”, considerada a pioneira das intelectuais sergipanas. Nesse sentido, mulheres “bem-criadas” são aquelas que cumprem o papel a elas atribuído pela sociedade. Enquanto mulheres “cultas”, são aquelas que possuem formação acadêmica e estão aptas a exercer uma profissão.

No primeiro momento será apresentado uma breve contextualização do período que antecede a criação da Escola Normal. Expondo posteriormente como se deu a participação feminina no cenário educacional, profissional e intelectual no fim do Império a partir da Escola Normal. Em seguida apresentação de Etelvina Amália Siqueira como uma figura que destoa da representação de normalista e suas respectivas vitórias alcançadas a partir de sua atuação na Escola Normal. Buscaremos, também, compreender a importância dessa instituição na formação feminina em Sergipe.

Contexto histórico da Escola Normal em Sergipe

O curso Normal destinado à formação de professores para o ensino de primeiras letras teve sua criação cogitada em vários momentos da história da educação em Sergipe, a partir 1838 (NUNES, 2008). Nos anos de 1830 o ensino brasileiro se inspirava nas ideias francesas, influência da filosofia eclética de Victor Cousin. Segundo estas, o Estado passaria a organizar o ensino elementar em escolas de dois graus - a primária e a

de gramática. Além de criar as Escolas Normais para a formação dos professores primários. Sobre a importância da educação no Brasil no século XIX, Gouvêa nos diz:

No Brasil, a educação será pensada, no início do século XIX, como fator civilizatório capaz de garantir, mediante extensão da educação moral e instrução elementar à população livre, condições de governabilidade. Diante do quadro de instabilidade política com o início do período imperial, faz-se necessário a constituição de estratégias de ordenamento social, para o qual a educação seria um instrumento eficaz. O debate em torno da educação no Brasil e sua importância deu-se no diálogo com o contexto europeu, [...] (GOUVÊA, 2003, p. 202).

A partir desse contexto, as Escolas Normais surgem como importante instituição de formação de professores. A primeira Escola Normal no Império foi criada em Niterói (1835), a segunda na Bahia (1836), aceitando só alunos do sexo masculino inicialmente. Sergipe, assim como as demais províncias imperiais, demonstrava preocupação em fundar as Escolas Normais. O Presidente José Elói Pessoa, através do decreto de nº 15, de 20 de março de 1838, a qual se destinava à criação dessa Escola, uniformizando o ensino e fornecendo ao governo poder de fiscalização sobre os professores.

A Escola Normal decretada tinha em seu currículo o ensino de leitura, escrita, fração ordinária e decimais, proporções, princípios da moral cristã e de religião do Estado, ensaios sobre os sinônimos da Língua Nacional, noções gerais de Geometria Teórica, Prática e Elementos de Geografia, sendo um curso de 3 anos.

Porém, a Escola Normal não saiu do decreto, suas aulas não foram iniciadas. Foi anunciado que a província não teria como arcar com os recursos financeiros para sua instauração. Os professores que buscavam capacitar-se tinham que ir para outras capitais com seus próprios recursos. Passavam por rígidos critérios de seleção, em que era exigida moralidade, capacidade e idade apropriada, variando de região a região

Cabe aqui destacar: já existiam mulheres na província lecionando mesmo antes das Escolas Normais femininas. Graças a uma lei imperial de 15 de outubro de 1827, que prescrevia a criação de escolas femininas de primeiras letras em cidades, vilas e lugarejos mais populosos. Foi por meio da criação de escolas primárias para meninas, que deviam ser providas por professoras, que surgiram as primeiras vagas no magistério primário público para as mulheres. Segundo essa lei, não era exigida formação específica, as mulheres seriam escolhidas com base em sua honestidade e honra através de atestados fornecidos pelas autoridades eclesiásticas e políticas, sendo portanto, profissionais leigas.

Em Sergipe, a criação das cadeiras públicas do sexo feminino para o ensino das

primeiras letras só ocorre em 1831. Pois a sociedade no início do século XIX apresentava-se relutante sobre o ensino feminino. A respeito do pensamento vigente da época, Amorim afirma:

[...]no século XIX, as mulheres e filhas eram mantidas reclusas por maridos e pais, encorajados pela Igreja a fim de evitar que fossem expostas à imoralidade. Assim, é possível imaginar o “poder” que a educação das Casas exercia na instrução primária, pois os homens faziam tudo que fosse possível para educar suas filhas na segurança de seus lares e manter suas mulheres dentro de casa. Inclusive se isso significasse não instruí-las. (AMORIM, 2012, p. 35)

Mudanças significativas na educação sergipana só aconteceram em 1870, ano que é um divisor de águas na vida política brasileira. É neste momento que o papel da educação surge como força modificadora da sociedade. Segundo Louro:

O discurso sobre a importância da educação na modernização do país era recorrente. As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, jornais e até mesmo nos saraus (LOURO, 2006, p. 443-444)

O Inspetor Geral da Instrução Dr. Manuel Luís Azevedo D’Araújo elaborou um projeto para organizar o ensino público sergipano. O regulamento de 24 de outubro de 1870, baixado em caráter provisório pelo presidente Francisco Cardoso Junior, submetido à aprovação da Assembleia Legislativa Provincial, encontravam-se os artigos mais importantes, o 16 e o 17 assim redigidos:

“Art. 16. A Instrução Publica Secundaria será dada:
§1º Em estabelecimento público de língua e ciência preparatórias, o qual ficara criado nesta Capital com a denominação de Ateneu Sergipense.
§2º Em aulas avulsas nas cidades que mais as exigem
Art. 17. O Ateneu Sergipense se comporá de dois cursos diferentes ´de humanidades e de escola normal.” (NUNES, 2008.p.112)

É possível constatar que, a partir desse momento, inicia-se uma nova etapa na história da educação sergipana. O ponto máximo desse Regulamento dá-se justamente no Art. 17, ao criar o Ateneu Sergipense, tendo como um dos seus cursos, o de formação de professores do sexo masculino.

O curso Normal teria dois anos. No primeiro ano seria estudado: Gramática

Filosófica e da Língua Nacional, com Análise dos Clássicos e Pedagogia. Já no segundo, seria: Aritmética, Geometria e História. A necessidade de criação de um curso Normal, como podemos notar, já era uma discussão antiga. Se fazia necessário um curso que preparasse professores aptos para o magistério.

No fim do primeiro ano, o curso Normal mostrava-se com resultados insatisfatórios, pois não obtiveram mais de 6 matriculados com apenas 2 concludentes. Era nítido o fracasso inicial do curso, que funcionava no Atheneu. Tendo em vista a baixa demanda, o governo buscou tentativas de ladear essa situação. Para isso, passou a dispensar as horas de trabalho dos funcionários públicos que quisessem cursar, e permitindo aos professores que já lecionavam no ensino primário a fazer o curso Normal. Esse desinteresse pelo curso Normal dava-se justamente porque a função de professor público, na província de Sergipe, não oferecia atrativos. Havia uma precariedade nas condições de trabalho, baixos salários e instalações escolares que não dispunha de condições mínimas para a o seu desígnio.

Mesmo com todos os esforços, o curso Normal ainda mostrava-se insatisfatório, e em 1874, o Presidente Dr. Antônio de Passos Miranda, criou pelo Regulamento de 23 de novembro, a Escola Normal, independente do Atheneu, destinada ao sexo masculino, com idade de 17 anos, com duração de 3 anos. Previa também a criação anexa à Escola Normal, uma escola primaria para pratica dos futuros mestres.

Mesmo com as reformulações, a situação da Escola Normal não apresentava-se animadora, prosseguiram as baixas matriculas e frequências no curso. Sobre o desânimo que submetia-se a Escola Normal Thetis Nunes afirmou o seguinte:

“Não existia estímulo para a clientela da Escola Normal, que deveria sair da classe média urbana sem recursos para buscar, em outras terras, o cobiçado grau de doutor, caminho aberto para ascensão social. A baixa renumeração do magistério primário não motivava esses jovens, além do favoritismo político que podia transformar qualquer pessoa em professor”. (NUNES, 2008. p.132)

Já eram antigas as denúncias da população sobre o estado precário das escolas públicas, assim como, a incapacidade de muitos mestres. Reclamações contra os professores inaptos eram constates aos Presidentes da Província, tanto os da capital como as demais cidades. Muitos desses professores, que ocupavam cadeiras públicas, estavam ali por indicação política, e eram justamente esses os denunciados como incapazes. Tal situação gerada pelo Ato Adicional de 1834, e mesmo após a Lei de Interpretação do Ato

Adicional de 1840, continuou a acontecer. E mesmo nos anos de 1880, tais atos ainda eram denunciados com repúdio pelo Diretor-Geral da Instituição, Dr. Tito Augusto Souto de Andrade:

“Seria um glorioso triunfo conseguir-se arrancar sobre o ensino esse cancro que tanto o corrói, empregando-se meios de que a política não tivesse ação sobre aqueles que exercem o magistério” (ANDRADE apud NUNES, 2008, p.133).

As tentativas de valorizar a Escola Normal não funcionaram, a procura pelo curso continuava baixa e o ensino público carecia de mão de obra qualificada, fazendo-se necessária contornar tal situação de forma imediata. O cenário sergipano nas últimas décadas do Império era igual as demais províncias brasileiras. O Brasil encaminhava-se para o século XX e a maior parte da sua população era analfabeta. A respeito disso, Machado de Assis (1874) apresenta os seguintes dados: “Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses 9% não leem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância”.

Se os homens não se interessavam pela profissão docente, a solução foi a feminização do magistério. Tendo em vista tal necessidade, o Presidente da Província Dr. João Pereira de Araújo, criou o Regulamento de 9 de Janeiro de 1877, aprovado pela Resolução, nº 1079, de 5 de maio do mesmo ano. A partir desse, criava-se a Escola Normal para moças, sediada no Asilo N.S. da Pureza, podendo ser frequentada pelas asiladas e as externas. Oferecendo uma oportunidade de profissionalização para as jovens órfãs e proporcionando a extensão dos estudos as jovens da sociedade.

A criação da Escola Normal feminina significou um grande avanço na educação sergipana nas últimas décadas do Império, tendo em vista que antes não havia uma preocupação em instruir as moças, como a relata Ribeiro:

“É sabido que o ensino secundário feminino durante o segundo Império permaneceu como algo ainda visto como pequeno interesse pelo governo monárquico. Não fazia parte das intensões oficiais o gasto com recursos para a implementação vigente era de tornar as mulheres boas mães e mães `extremosas””. (RIBEIRO, 1993; apud FREITAS, 2003. p. 25)

A educação em Sergipe no período imperial, assim como, no restante do país, atendia as exigências da classe dominante, que não se interessava em inserir a mulher no processo educacional, pois suas pertinências fundamentais eram: ser dona de casa, mãe e

esposa. As mulheres passavam grande parte da vida entre orações, rendas e bordados. Realidade muito diferente do homem a quem era oferecido o direito de usufruir de uma vida pública. A mulher era reclusa no interior do seu lar e destinada a vida privada, reflexo do domínio patriarcal. Partia do homem, o receio que a mulher culta resistisse ao seu poder tradicional, conforme cancionista popular assim entendia:

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada
Para ser mãe de família
Saber pouco ou mesmo nada.
(CALASANS apud NUNES, 1984, p. 50)

Tobias Barreto, sergipano ilustre, foi um grande defensor da educação da mulher, baseava-se nas mais avançadas teorias científicas da época, dizia ele:

“Dizer que a mulher não tem competência para os altos estudos científicos, é, além do mais, um erro histórico, um atentado contra a verdade dos fatos. [...] Todo homem tem a sua mania, e é infeliz aquele que não a tem; a minha mania, senhores, é pensar que grande parte dos nossos males vem exatamente da falta de cultura intelectual do sexo feminino”. (BARRETO apud NUNES, 1984, p. 163)

Entretanto, as moças não tiveram muito tempo para comemorações, a partir de 1877, a província passou por uma grande crise econômica financeira, levando o governo vigente a tomar medidas de contenção de gastos que afetaram diretamente a educação sergipana. As Escolas Normais foram extinguidas pela resolução Providencial de 31/03/1879. Tal resolução assegurou os direitos dos alunos que ainda estavam cursando. Era possível obter o diploma desde que prestassem prova das matérias que faltavam para concluir o curso.

O ensino Normal só será de fato implantado na província de Sergipe a partir do Regulamento de 5 de junho de 1881, que prescrevia a criação na Capital de uma Escola Normal destinada a habilitar indivíduos de ambos os sexos em classes mistas, na teoria e prática do magistério primário. Dizia também que, anexa a esta, deveria existir uma classe primária do sexo masculino e outra feminino para a prática dos alunos.

Eram claras as intenções do presidente da província ao criar a Escola Normal para os dois sexos. Ele buscava dar à província e ao magistério público professores aptos ao exercício da profissão. Mas acabou por iniciar uma série de questionamentos em relação ao funcionamento da Escola Normal, bem como, as suas intenções. Como reflexo do

pensamento da época o jornal O Guarany publicou:

Inaugurou-se a nova Eschola Normal do Sr. Dr. Inglês de Souza, que sem contar ainda um aluno, promete, todavia para o futuro tudo quanto se pode esperar de uma instituição benéfica, mas irregularmente disposta para dar bons frutos (O GURANY, apud. ANDRADRE, 2007, p. 105)

A sociedade da época não aceitou a mistura de moças e rapazes na mesma classe, levantando questionamentos sobre quais tipos de profissionais sairiam dessa junção. Devido à grande reação, a Escola Normal mista foi extinguida em 1882, através do regulamento de 13 de maio, sendo separadas em duas: a feminina que voltaria a funcionar no Asilo, N.S. da Pureza, e a masculina no palacete da Assembleia.

A Escola Normal feminina mostrava-se com resultados nunca antes obtidos. Pela primeira vez, houve um crescente desempenho com grandes número de matrículas e formandas alcançadas.

A Escola Normal de 1º grau, fruto da Reforma de 1882, destinadas a moças e funcionando no Asilo N.S. da Pureza, começou a atrair as jovens da classe média, contando, em 1883 com 55 alunas, sendo 20 matriculadas no primeiro dia 11 no segundo e 4 no terceiro. Em 1885 já eram anotados 34 portadores de diploma do curso normal, sendo um do antigo curso extinto em 1879, enquanto 23 haviam concluído em 1884 e 10 naquele ano. (NUNES, 2008.p.164)

A Escola Normal masculina não perdurou seus números de matrícula e formandos mostravam-se extremamente insatisfatórios. Sua extinção foi causada indiretamente pela Resolução nº 1.326, de 17/5/1888, determinada pelo Presidente Olímpio dos Santos Vital, sendo suspensas as aulas que não obtivessem a frequência de pelo menos 10 alunos.

A Escola Normal em Sergipe, tornou-se um espaço de formação do público feminino, possibilitando, além da extensão dos estudos a profissionalização das mulheres, antes destinadas apenas a serem boas mães e esposas. Nessa concepção, Novaes ressalva o papel desse estabelecimento.

[...] em fins do século XIX, a Escola Normal cumpre funções de dar formação profissional, aumentar a instrução e formar boas mães e donas-de-casa, funções essas que sem maiores alterações persistem até a atualidade. (...), desempenhou papel relevante na formação profissional e na elevação cultural da mulher brasileira. O magistério entendido como um prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina e, por conseguinte,

a única profissão plenamente aceita pela sociedade para a mulher.
(NOVAES, 1984. p.21 a 22)

A partir da criação da Escola Normal feminina, barreiras foram ultrapassadas. Mesmo com o discurso “patriarcalista”, que considerava o magistério uma profissão ideal para a mulher, houve a ocupação do espaço público, enquanto profissionais do magistério que, incontestavelmente, se constituiu como um avanço. Thetis Nunes afirma com precisão em seus escritos o papel dessa instituição na vida das sergipanas:

[...] a Escola Normal que, realmente, desempenhou um papel decisivo na formação intelectual feminina, de Sergipe[...] Dela saíram inúmeras heroínas anônimas, que deixavam as comodidades da Capital, e, enfrentando as dificuldades e limitações interioranas, semearam conhecimentos em distantes povoados e vilas. (NUNES, 2008.p.213.)

Mas uma dessas Normalistas não ficou no anonimato e, além de desempenhar com esmero seu papel como professora, esteve envolvida com as causas abolicionista, foi escritora, poetisa fruto da primeira turma da Escola Normal implantada em 1882 em Sergipe, Etelvina Amália de Siqueira(1862-1935). Considerada “a pioneira da mulher sergipana nas atividades intelectuais” (NUNES, 2008.p. 165).

Normalista e intelectual sergipana: Etelvina Amália de Siqueira (1862- 1935)

Etelvina Amália de Siqueira nasceu em Itabaiana, em 5 de novembro de 1862. Filha do escrivão José Jorge de Siqueira e Rosa Maria de Siqueira, sobrinha de Francisco José Alves, irmã de José Jorge Siqueira Filho, consagrado poeta da literatura sergipana, considerado por Jackson Lima, precursor do parnasianismo em terras sergipanas. Se faz preciso, destacar aqui, a grande importância de José Jorge Siqueira Filho na formação intelectual de Etelvina Amália, sendo ele sua grande inspiração. Assim como o seu irmão, Etelvina também apresenta traços da escola literária parnasiana. Sobre as características da escrita de Etelvina, Freire afirma:

Como poetisa, é possível filia-la à escola parnasiana, [...]. Seus versos expressam uma linguagem sem pieguice, sem derramamentos sentimentais, procurando de maneira objetiva desenvolver o pensamento. O vocabulário é esclarecido e a frase busca a perfeição (FREIRE, 1988. p, 32)

Etelvina Amália nasceu em uma sociedade onde, “a mulher não possuía status fora do casamento: ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social (PRIORE, 2014)”. O papel predominante da mulher era ser boa mãe, sendo educadora e dirigente moral da sociedade. Foi graças a esse pensamento, que foi possível a abertura do magistério para as mulheres, tomando-se assim, plausível obter realização em outra área social.

Após a morte de seu pai, Etelvina mudou-se para Aracaju. Com 20 anos de idade, em busca dessa realização, entrou com pedido de matrícula no curso Normal em 8 de maio de 1882, na primeira turma feminina da Escola Normal, que funcionava no Asilo N.S. da Pureza. Durante sua formação no curso Normal, atuou como professora primária na “Sociedade Libertadora Aracajuana Cabana do Pai Thomaz”. Sociedade criada em 1882, por seu tio Francisco José Alves, juntamente com outros sergipanos ilustres, que tinha como objetivo a luta abolicionista. As aulas aconteciam na casa de Francisco José Alves, sem as regras convencionais, funcionava sem calendário e sem fardamento escolar, onde ensinava-se as primeiras letras aos filhos do ventre livre e das mães libertas, ou ainda escravos no final do século XIX, em uma época que esses ainda não eram aceitos na maioria das escolas públicas. Santos frisa a desempenho de Etelvina na denúncia dos problemas sociais:

[...]conhecedora do idioma pátrio, abolicionista convicta e, como tal, amante da liberdade e da Republica, participando, também através do jornalismo, dos problemas educacionais e sociais de sua terra (SANTOS,1997 apud VITAL, 2009, p. 121)

Atuou efetivamente nos jornais “O Descrido” (1882) e depois “O Libertador” (1882-1884). Sua contribuição literária foi além desses dois jornais, escreveu para: “Gazeta de Aracaju”, “O Estado de Sergipe”, “Nova Era”, e igualmente no jornal “A Discussão”, de Pelotas (R. G. Sul) e também nos “Almanaques Sergipanos” de 1887 a 1902. Maria Pina em seu livro “A Mulher na História” destaca a inteligência e aplicação de Etelvina:

Inteligência fulgurante, *Etelvina Amália De Siqueira* foi poetisa, contista, [...], oradora e declamadora. Colaborou para o jornal A Discussão, de Pelotas (R. G. Sul), no qual escreveu defendendo a abolição da escravatura, [...]. Foi republicana. Contribuiu para vários jornais de Aracaju, nos quais publicou discursos sobre temas abolicionistas. (PINA, 1994, p.193)

Apossou-se do diploma de normalista, conferido pela Escola Normal de Aracaju, em 11 de novembro de 1884. Logo após a sua formatura, fundou e dirigiu seu próprio colégio, que funcionou de 1885 a 1900. No ano seguinte, foi designada professora pública da Barra dos Coqueiros. Posteriormente, transferida para a escola anexa à Escola Normal. Sendo nomeada em 1912 catedrática de português da Escola Normal. No ano de 1883, data de seu primeiro discurso publicado no Jornal “O Libertador” em 8 de dezembro, onde defendeu abertamente a abolição dos escravos. É possível, através de seu escrito captarmos sua essência prodigiosa:

Desde o berço, foi o Brasil embalado pela canção do escravo; o cântico converteu-se em pranto e o pranto em desespero: é muito sofrer! O homem não pode mais suportar o retalhamento de suas carnes, e mais que tudo a bofetada do escárneo atirada diariamente aos seus brios! O escravo há de ser livre! Se Deus não ouve seus lamentos, se não chegam ao céu as suas dores, cumpre a mocidade corrigir o erro de Deus, na frase sublime do Dr. Tobias Barreto.” (SIQUEIRA, Etelvina Amália de. Discurso pronunciado em 2 de dezembro de 1883, na Sociedade Libertadora Sergipana ‘Cabana do Pai Thomaz’. Publicado no Jornal ‘O Libertador’, n.50, ano III, 8 de dezembro de 1883, apud. FREITAS, 2008)

O discurso descrito acima faz referência ao poema “A Escravidão” de Tobias Barreto(1868), este que por sua vez, segundo os autores analisados, também fez parte das inspirações intelectuais de Etelvina, tanto na luta abolicionista, como nas causas republicanas. Desta forma, quando em 1920, os restos mortais de Tobias Barreto, foram trasladados para a capital sergipana. Etelvina buscou homenageá-lo escrevendo um poema denominado “Quadras a Tobias Barreto”, onde buscou despertar nas pessoas a alegria e exaltação de ter novamente o ilustre irmão em solo sergipano:

Sequioso de carícias
Entre os beijos do oceano,
Dormir em terras patricias
Vem o grande sergipano.

Exulta, ó pátria, o teu solo
Treme de tamanha emoção;
Vais receber em teu colo
Os manes de nosso irmão.

E lá da plaga florida
Onde sorveste, em criança,

Os haustos fortes da vida
E os eflúvios da esperança,

Vem de quebrada em quebrada,
Melopecia harmoniosa ...
Quem sabe? Talvez cantada
Por sua mãe carinhosa.

(Etelvina Amália de Siqueira, Apud FREIRE, 1988, p. 39)

O conteúdo lecionado por ela tinha como fundamentos o ensino da literatura e da escrita, sua transposição didática, ajustava-se ao entendimento do seu público alvo. Através do seu “hino escolar” denominado "No Levante da Pátria” é possível descobrir suas estratégias de ensino, com “característica típica do ensino sucessivo, no qual primeiro o aluno aprendia a ler para depois, chegar a escrever. (VIDAL, 2003 apud. FIGUEIRÔA, 2007.p.70)

No Brasil cada letra é uma estrela,
Que ilumina os humbraes do Porvir!
Estudemos! A classe é tão bela!
E amemos a pátria a sorrir.
E' um ceu estrelado e formoso
O alfabeto, esse orac'lo sem par:
Nos ensina, gentil, carinhoso,
O pinac'lo da gloria alcançar. (SIQUEIRA, apud. FIGUEIRÔA, 2007.p.70)

A postura em sala de aula de Etelvina, bem como os traços da sua personalidade, são ressaltados em um “discurso-depoimento”, redigido por uma de suas ex-alunas da Escola Normal:

“Etelvina Amália de Siqueira ereta, como o estipe, austera em contraste à suavidade de sua veia poética, forçando-nos a descobrir o sujeito da oração que, manhosamente, se escondia nas zeugmas e elipses, dos trechos da ‘Antologia Nacional’ de Fausto Barretto e Carlos Laet, encontrada, afinal, por uma simples pergunta ao vento, sempre condescendente e prestativo!” (Leda, 1920 apud. FREITAS, 2003, p.109).

Segundo Armindo Guaraná, Etelvina publicou pela “Gazeta do Aracajú”, em 1890, um livro de contos denominado “Pequenos Voos”, que cotinha 39 pg. Foi autora de diversos sonetos, versos, hinos escolares, artigos literários e discursos. Fruto do contexto histórico em que vivia, seu escrito o “Escravo e a Mulher”, denunciou, o sofrimento dos escravos, fazendo um apelo às mulheres “Apelou à caridade, às virtudes

e ao coração feminino para que se manifeste, e eduque seus filhos adequadamente tendo como base, a bondade, a justiça, a honestidade e a liberdade (FREITAS, 2008). Segue a descrição do referido escrito:

[...] A mulher, companheira do homem, tanto no prazer como na desgraça, tem por dever conservar a harmonia no lar, espalhando com sua voz benéfica o doce perfume da moral e da religião; seu coração, sempre puro, deve ser um manancial de bondades nunca desmentidas, qualquer que seja a crise por que atravesse seu espírito na tortuosa estrada da vida. [...] “As mulheres são flores da existência”. E de fato, a mulher que cumpre fielmente seus deveres, é uma criatura sublime, quase divina. Mas, infelizmente, ela não os compreendeu ainda. E por quê? Faltar-lhe-á inteligência, força? Não. Falta-lhe a educação preciosa. [...] Eduque-se convenientemente a mulher, façam-na conceber as verdades de sua missão, liberte-se seu espírito das garras da vaidade, que conduz insensivelmente ao abismo de todos os vícios, e teremos completa a nossa sociedade. Mas não se compreenda que uma leve educação se recebe nos colégios e academias, ela tem o seu berço na família, e só uma mãe solícita e inteligente pode dirigir com proveito as faculdades de seu filho. [...] Compenetrar-se de que tem a exercer na terra uma missão elevada, mostrar-se forte pela virtude, respeitada pela nobreza de suas ações; especialmente a mulher mãe, é que deve ter em muita consideração estas verdades; é dela que a sociedade espera seus membros; cabe-lhe portanto a melindrosa tarefa de plantar nos corações dos futuros cidadãos a semente do bom, do justo, e do honesto; de arraigar com desvelo nesse terreno virgem que tem a cultivar a árvore santa da liberdade; de acostumar seus filhos a envergonhar-se do título infamante de senhor de seus próprios irmãos; de criar em seus espíritos natural aversão ao – chicote, - esse maldito escarrego de Satanás, que há tantos séculos grudou-se na face cândida de nossa América... [...] Misturai vossas lágrimas ao pranto desses infelizes, daí-lhes um sorriso de piedade que traduza uma esperança; armai-vos com o báculo augusto da virtude, desprezai o luxo; encaraí piedosas o vício que vos cerca; chorai com os desgraçados; cortai pela raiz esse orgulho mal entendido que vos assemelha a verdadeiros brincos de criança; desprezai a vossa posição e lembrai-vos dos vossos deveres para com Deus, para com a família e para com a sociedade; acreditai que só a virtude é capaz de elevar a mulher, a inocente filha do proletário, é mil vezes mais cândida, mais bela, que a vaidosa e presumida herdeira de amontoados cabedais, auferidos dessa fonte de dor, o escravo!” (SIQUEIRA, Etelvina Amália de. Publicado em Pelotas, no Jornal ‘A discussão’, em 17 de junho de 1884, apud. LIMA: 1998, p. 38-43)

A Escola Normal possibilitou à Etelvina Amália o exercício de uma profissão tornando-se posteriormente professora da instituição. Mesmo que o discurso oficial possibilitasse a inserção de mulheres a educação formal, o restante da população ainda não aceitava tal mudança. Esperava-se das professoras caráter idêntico das religiosas. Mesmo a profissão de mestra sendo “socialmente aceita”, apenas algumas mulheres se arriscavam a essa função, pois ainda existia fatores culturais de opressão. Muitas das que

concluíram o curso Normal “casaram-se logo depois de formadas e não exerceram a profissão (FREITAS, 2003.p. 147)”. Pois “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a *verdadeira carreira feminina*. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma (LOURO 2006, p. 454)”.

Etelvina consegue romper com a tradição patriarcal, não se casou, não teve filhos, dedicou-se exclusivamente à vida profissional. Participou da “Hora Literária”, sociedade com fins culturais, que segundo Freitas, tal sociedade teria sido precursora da Academia Sergipana de Letras. “Mesmo trabalhando como professora, não deixou de contribuir para a imprensa, como outros intelectuais do período, praticava uma espécie de ‘literatura militante’”. Sobre o ícone que é Etelvina, Vital escreveu:

Mulher que, para muitos estudiosos, representou um marco no rompimento da posição de servilismo intelectual e do preconceito em relação ao vulto feminino da sociedade sergipana, que vivia submissa aos caprichos do homem e aos afazeres do lar (VITAL, 2009. p. 121)

Armindo Guaraná a define como: “Preceptora abalizada e poetisa de surtos delicados” (GUARANÁ, 1925, p.75). Era admirada por quem conhecia seu trabalho. Bitencourt, em seu livro “HOMENS DO BRASIL – SERGIPE”, que buscava informações biográficas e bibliográficas dos autores da história literária brasileira/sergipana. Destacou a competência de Etelvina:

[...]Dotada excelentes virtudes morais e de acentuadas qualidades intelectuais, poetisa inspirada, conta muitas produções inéditas e raras publicadas pela imprensa local. Entre os seus discípulos figuram Aníbal Freire, Jackson de Figueiredo, Armando Mesquita, Otaviano Melo, Edgard Coelho, Alfredo Cabral, José Cabral, Álvaro Brito, Otávio Brito, Marcilac Mota, Genulfo Freire, e muitos mais, quase todos laureados por escolas superiores. (BITENCOURT,1917. p. 38)

Bitencourt não foi o único intelectual no início do século XX que dedicou espaços em suas publicações a Etelvina. Laudelino Freire buscou em seu livro *Sonetos brasileiros – século XVII- XX* “abranger todos os nossos sonetistas, publicando de cada um o melhor” (FREIRE 1913). O escrito de Etelvina escolhido por Laudelino foi o “Soneto”:

Rompia a alvorada louçã, perfumosa,
Seus gratos olores deixando no prado ;
Tremiam ainda no céu estrellado

Corymbos luzentes. Que scena forniosa !...
Cantando, travessa, gentil e garbosa.
Descalça, risonha, cabelo adornado
De flores silvestres, andar requebrado.
Sorvendo perfumes na bocca mimosa,
A filha das serras, a virgem selvagem,
Passava, de flores arfando-lhe o seio.
Os bastos cabellos brincando co'a aragem.
Feliz, descuidosa, sem dor, sem receio;
E a brisa fagueira na mansa passagem,
A face morena beijava-lhe em cheio.
(Etelvina Amália de Siqueira, Apud FREIRE, 1913, p. 142)

Manifestações escritas de admiração e carinho à “mestra” Etelvina eram recorrentes. Uma das manifestações foi localizada no jornal estudantil do Atheneu Sergipense “O Necdalés”. Onde Carlota Salles de Campos, dedicou o poema “Minha Terra”, a sua amada professora:

Eis minha terra inculta, pequenina!
Sorrindo para um céu azul fulgente;
Tendo, á frente, o cerúleo Cotinguiba.
A deslizar tranquilo e docemente!
Pelas noites de límpido clarão,
Noites lindas de plácido luar,
Eu vejo tua imagem reflectir-se,
No dorso altivo do cerúleo mar.
Como te ostentas bela, esplendorosa,
Exposta aos beijos ternos, divinaes
Da olente brisa, que sussurra meiga,
Entre os virentes, beijos palmeiraes!...
Como te adoro, minha santa terra!
Cheia de encantos e auroral magia!
Tens para mim máxima beleza.
Tens para mim exp'endida poesia.
Cresce, progride meu ditoso berço!
Eis o que tua filha terna aspira:
E na doce esperança de um futuro
Os teus primores canta ao som da lyra.
(Poema dedicado à professora Etelvina Amalia de Siqueira: Jornal O Necdalus, Aracaju, 18 de maio de 1910, n°. 29, Anno II, p. 3 Apud VIDAL, 2009)

Etelvina Amália era uma “mulher à frente do seu tempo”, todavia, conservando valores da sociedade que estava inserida. É possível encontrar em seus textos poéticos “princípios de fé, heroísmo e obediência às leis” (FIGUEIRÔA, 2007). Um dos seus Hinos escolares que ilustra tais aspectos, foi publicado “No número da Revista *Renovação*”, dirigida por Maria Rita Soares de Andrade, dedicado ao segundo Congresso

Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro (FREITAS, 2008)”:

Côro: A escola é um templo,
Casto, sublime,
Formoso exemplo,
Que o mal reprime
- Nossas palmas e homenagens
A's conquistas do a, b, c,
O analfabeto é um morto
Só vive quem sabe ler
A escola é um templo, etc
Estudemos, pois e muito;
É isto que a Pátria quer;
Os destinos do Brasil Estão nas mãos da mulher
A escola é um templo, etc
Si o homem tem a força
E faz as revoluções
A mulher tem a bondade
Que avassalla corações
A escola é um templo, etc
Si elle, valente e altivo
Tudo espera conseguir.
A mulher domina o mundo
Sempre a amar, sempre a sorrir
A escola é um templo, etc
Somente o livro por gladio,
Por escopo a honra e a fé
Nós mostraremos ao mundo
O Brasil sempre de pé!
A escola é um templo, etc
E, enquanto somos creanças,
Borboletinhas gentis,
Cantemos todas, cantemos
Da vida a aurora feliz
A escola é um templo, etc”
(SIQUEIRA, Etelvina Amália de. Hymno Escolar. In: Revista
Renovação. N.12. Aracaju: Casa Ávila Editora, 15 de junho de 1931.
p.8 Apud FREITAS, 2008.p. 7-8)

Seus hinos escolares adquiriram extraordinária importância na vida escolar sergipana, principalmente, segundo Anamaria Freitas, “após a introdução obrigatório do Canto Orfeônico nas Escolas, no final da primeira década da República, e marcam a lembrança de muitos ex-alunos adultos, que ainda sabem de cor, muitos refrãos”. Entretanto, Etelvina não só dedicou seus textos à luta abolicionista, nem ficou restrita ao âmbito escolar. Entre seus escritos encontra-se a exaltação a sua amada terra natal Itabaiana, onde destaca a beleza dos cajueirais e da serra. Relembrando sua infância com saudosismo:

I

Minha terra é uma criança
Sempre risonha, não chora,
Encantada das belezas
Com que a natura a aflora.

Uma fada, um anjo, uma musa
Não sei o que diga dela;
A magnólia que enfeita
As trancas de uma donzela!

É o segredo que expira
Nos lábios do vendaval;
É a estrela vespertina,
Tem encantos sem igual.

II

À sombra dos adultos cajueiros,
Aspirando o perfume de seu seio,
Eu gozei dos anjos a harmonia,
As aventuras do céu, que doce enleio!

Saltitando em seus campos de boninas,
La na infância que fugiu e não vem mais,
Eu era como as rosas matutinas,
Orvalhavam-me os beijos dos meus pais.

Abraçada à cintura da irmãzinha,
Que brincava como eu, forte e ligeira,
Íamos juntas, nas asas a alegria
As flores raptar da laranjeira.

Tínhamos flores, cantos e perfumes,
Pássaros, borboletas, mil brinquedos,
Improvisávamos lindas barraquinhas,
À sombra dos frondosos arvoredos!

Quando o sino plangente da matriz
Convidava os fiéis à devoção,
Minha mãe, esse arcanjo de doçura,
Nos levava contente p'ra oração.

Minha terra é bonita mais que as outras,
É vaidosa princesa do sertão,
Tem seus leitos num campo de verdura,
E por legue a mais pura viração.

Os raios do sol diamantino
Brilham mais que os aljofares do Ceilão,
Do seu luar, na palidez que mata,
Se resume de Deus a criação.

III

Tem uma serra orgulhosa
Invejada no Brasil
Ribeirinhos cor de prata
E um céu de puro anil.

Quando a tempestade surge,
Ao rimbombar do trovão
Não lhe mingua o encantamento
Há mais fé no coração.

Não tendo flores viçosas
Que te lance ao lindo colo,
Aceita, mãe a saudade
Que colhi em estranho solo.

Receba a prova singela
Que te manda a filha ausente.
Repara vai orvalhando
De um pranto ainda quente.

(SIQUEIRA, Etelvina Amália de. Minha Terra. PINA, 1994, p.201 a 203)



(Etelvina Amália de Siqueira. Apud, M.J Garnier, 1920, p. 142)

Considerações Finais

Em 18 março de 1935 Etelvina Amália de Siqueira, mestra, intelectual e poetisa, representante do parnasianismo em terras sergipanas, faleceu por decorrência da idade, aos 73 anos. Já estava afastada desde 1934 suas funções como professora na cátedra de português na Escola Normal, após mais de 50 anos de trabalho prestados à sociedade sergipana. Maria Rita Soares de Andrade publicou um artigo intitulado “Nota Dissonante”, no “Correio de Aracaju” a respeito do falecimento de Etelvina, exaltando os

feitos e virtudes da “amada mestra”. Além de denunciar o descaso aferido à Etelvina, exercido pelos componentes da Escola Normal:

Faleceu, ante-ontem, aos 73 annos de idade, a professora Etelvina Amalia de Siqueira; uma figura de real projecção no cenário mental sergipano. Mestra desde quasi creança, professora de várias gerações durante mais de cincoenta annos. De familia pobre, conseguiu estudar quando ainda usto era defeso à mulher; foi, talvez, a primeira mestra de Sergipe, na verdadeira expressão da palavra; ensinou primeiras letras, na era da palmatória, com carinho, como se começa a fazer hoje, de acordo com os scientistas modernos; cathedratica de português da Escola Normal, deu a esse instituto de ensino o melhor do seu espirito, até quando, alcançada pela idade, cedeu ao peso dos annos, aposentando-se; escriptora, poetisa illustrou o jornalismo conterraneo com as expansões brilhantes de seu talento. [...] A Escola Normal, onde ella deixou a parte melhor da vida não compareceu; nem a direcção, nem o corpo docente (apenas um professor), lhe prestou a mais simples homenagem. A Escola Normal funcionou normalmente. Parece incrível. [...] Cada um de nós, que recebemos as luzes que ella nos communicou, no que fizer, firmará o seu nome e gravará melhor o testemunho da ingratição e da ignorância dos que passam indifferentes pelo mais lidimo direiro ao respeito e á admiração publica: a vida honesta, proficua e util, de estudo e trabalho, dum nobre professor. (ANDRADE, Maria Rita Soares de. Nota Dissonante. In: Correio de Aracaju, 20/03/1935. Apud, FREIRE, 2008, p. 5-6)

Três annos após a sua morte ainda era lembrada e exaltada por aqueles que conheciam e apreciavam seu trabalho. Com saudosismo e admiração para com a mestra Etelvina Amália, Emília de Massilac Fontes, escreveu:

Há três annos, precisamente, no dia de hoje desapareceu do cenário da vida o seu vulto de mulher admirável que a todos nós empolgava, não só pelas qualidades excelentes do seu espírito, sempre em luta por uma vida honrada, como pela sua grande intelligência que ressaltava no delicado e espinhoso mister de educadora e mestra desvelada e incansável em transmitir o seu saber a inúmeras patrícias suas que hoje, por certo, bendirão o seu nome. Senti que, ao pisar ao solo da minha terra, não mais encontrasse aquele tipo exemplar de mulher sergipana que tanto me comprazia em ver, fraternalmente unida como flores em carimbo, as eméritas professoras Clotildes Ramos Machado, e Quintina de Oliveira Ribeiro. [...] Que o seu e o meu Estado, pelo impulso generoso e agradecido das mulheres sergipanas que são flores irmanadas na bondade, façam justiça á sua memória, não a esquecendo nunca. É o que nesta hora de saudade desejo e espero de minhas gentis conterrâneas. (FONTES, Emília de Marsillac, 1938. Apud. PINA: 1994, p. 193-194)

Etelvina Amália de Siqueira, mesmo após sua morte continuou a ser inspiração feminina para muitas mulheres sergipanas quiçá, até brasileiras, mostrando que era possível romper com educação restritiva recebida pelas mulheres. Publicou, veros, contos, hinos escolares e discurso em variados jornais, lutou firmemente pelas causas abolicionista, bem como a educação de meninos e meninas pobres que não tinha acesso ao ensino das primeiras letras no século XIX. Foi além do que era considerado possível, tornando-se aluna e posteriormente professora da Escola Normal. Segundo Vital e Freitas, Instituição que “representou um marco no rompimento da posição de servilismo” e “pode ser vista como um pólo de intelectuais da época”.

Referências bibliográficas:

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente e a Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1827- 2880)**. São Cristóvão, 2012. Tese (Doutorado em Educação) UFS.

ANDRADRE, Eliana Barbosa de. **Nas Trilhas da Co-educação e do Ensino em Sergipe (1842- 1889)**. - São Cristóvão, 2007. Dissertação (Mestrado).

BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil. Em Todos os Ramos da Actividade e do Saber de 1500 a Nossos Dias**. Vol. I. Sergipe; Rio de Janeiro: Typ. Mascotte, 1917.

DEL PRIORE, Mary. **História e Conversas de Mulher**. 2. Ed.- São Paulo, 2014.

FIGUEIRÔA, Meirevandra Soares. **“Matéria Livre... Espírito Livre Para Pensar”:** **Um Estudo das Práticas Abolicionistas em Prol da Instrução e Educação de Ingênuos na Capital da Província Sergipana (1881-1884)**. São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal de Sergipe, 2007. (Dissertação de Mestrado)

FREIRE, Laudelino. **(Coordenador) Sonetos Brasileiros - 500 Sonetos - 481 Retratos - sec. XXVII – XX**. Editora: F Briguiet & Cie. 1913. Rio de Janeiro.

FREIRE, Ofenísia Soares. Etelvina Amália de Siqueira. Pioneira das intelectuais sergipanas. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano V. n.5, Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 1988

FREITAS, A.G.B. **‘Vestidas de Azul e Branco’ Um Estudo Sobre as Representações de Ex- normalistas (1920- 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisa em História de Educação/ NPGED, 2003.

FREITAS, A. G. B. Práticas educacionais e abolicionistas: aspectos da configuração do trabalho docente através das trajetórias de Etelvina Amália de Siqueira (Sergipe, 1862-1937) e Maria Firmina dos Reis (Maranhão,1825-1917). In: **Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 5**. 2008, São Cristóvão

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a Educação Feminina em Sergipe na Passagem do Século XIX para o Século XX. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Janeiro/Junho. São Cristovão. UFS. Vol 4, p. 45-65. 2002.

GARNIER, M.J.; FREIRE, Laudelino. **Sonetos Brasileiros: Desenhos dos Sonetos**. 135 a 176 (1859- 1863), 40 Retratos, 4 ° Volume. Publicado em Rio de Janeiro (RJ), F.Briguiet & Cie. 1920.

GOUVÊIA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualidade do aluno. In: **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Orgs. FONSECA, Thais Nívia de Lima e. VEIGA, Cynthia Greive. – Belo Horizonte: Autentica, 2003.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, (Governo do Estado de Sergipe), 1925

LIMA, Jackson da Silva. **História da Literatura Sergipana. Vol.II**. Fase Romântica. Aracaju: FUNDESC, 1986.

LIMA, Laís Amaral Vieira. **A Participação Feminina na Imprensa Abolicionista em**

Aracaju (1881-1885): Etelvina Amália de Siqueira. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998. (Monografia de conclusão do curso de bacharelado em História)

LIMA, M. M. L. Magistério e Condição Feminina. In: **Ritos, Mitos e Fatos. Mulher e Gênero na Bahia.** COSTA, A. A.; ALVES, Ívia. (Orgs.). Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil/** Mary Del Priore (org.): Carla Bassanezi (coord. de textos). 8 ed.- São Paulo; Contexto, 2006.

MACHADO DE ASSIS. Advertências de 1874. In: **A Mão e a Luva.** São Paulo: Mérito, 1959.

NOVAES, Maria Eliana. **Professoras Primarias- Mestra ou Tia.** São Paulo, Cortez 1984.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe.** 2 ed.- São Cristóvão: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A Mulher na História.** Aracaju: s.n.t., 1994

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necdalus: um Jornal Estudantil do Atheneu Sergipense (1909-1911).** –São Cristóvão, 2009. (Dissertação de Mestrado). UFS